



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicito informações ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, sobre o detalhamento dos precatórios incluídos na estimativa de aproximadamente 90 bilhões fornecida por este ministério.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministério da Economia:

- i. Qual foi a atuação do então ministro Sr. Walter Braga Netto na articulação feita pelo ministério?
- ii. Quais interesses da administração pública foram levados em conta para que o ministério oficiasse o Ministério da Saúde sobre a conveniência do projeto?
- iii. Quais as relações deste ministério com a Precisa Medicamentos, empresa diretamente ligada ao ato em questão?

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 175/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Kim Katagiri (DEM/SP), subscrito pelos Deputados Hildo Rocha e Elias Vaz, aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 11/08/2021.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente





ANEXO

REQUERIMENTO Nº 175 , DE 2021

(Do Sr. Deputado KIM KATAGUIRI)

Solicito informações ao Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, sobre o detalhamento dos precatórios incluídos na estimativa de aproximadamente 90 bilhões fornecida por este ministério.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia para esclarecer as informações dadas por este na imprensa nacional sobre a pretensão de elaboração de Projeto de Emenda Constitucional para parcelamento de precatórios que estariam no patamar dos 90 bilhões de reais.

Portanto, requer a este ministério que esclareça também os seguintes pontos:

- Qual o montante de precatórios incluídos no valor fornecido?
- Quais as naturezas destes precatórios?
- Quais os valores individuais destes precatórios?
- Quais os titulares destes?
- Incluem-se nas hipóteses de parcelamento aqueles de natureza alimentar?
- Quais os prazos para pagamento desses precatórios?
- Há quanto tempo estes precatórios aguardam pagamento?





Solicita também demais informações que estiverem em poder deste ministério com vias a satisfazer a finalidade deste requerimento e que não estejam necessariamente elencadas.

Por fim, requer a disponibilização das atas e agendas das reuniões e contatos realizados entre o Conselho da Justiça Federal, Secretaria de Orçamento e a Secretaria do Tesouro a respeito deste tema.

JUSTIFICAÇÃO

Foi amplamente noticiado na mídia que o Ministério da Economia teria sido alertado sobre o montante de 89 bilhões para pagamento de precatórios em 2022. Perante este alerta, o Ministério sob o comando do Sr Paulo Roberto Nunes Guedes articula juntamente ao governo a elaboração de uma Proposta de Emenda Constitucional com fins de parcelar o crédito devido.

Ocorre que diversos meios de comunicação e também órgãos do poder público tem noticiado que o governo federal foi alertado com antecedência sobre o gasto previsto.

Assim sendo, um ano antes da eleição, é questionável a tentativa do governo de maquiar os gastos para abrir margem de utilização de verba pública no fim do atual mandato. Vale ressaltar que pelo caráter dos precatórios, tal medida afetaria diretamente o trabalhador que tanto sofre com a atual crise sanitária e econômica.

Por todos estes pontos, faz-se necessário o fornecimento de informações com relação aos fatos que levaram a suposta necessidade desta proposta para avaliar seus impactos e sua conveniência.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2021.

Deputado KIM KATAGUIRI (DEM/SP)

